João Pessoa, v. 23, n. 53, maio-ago., 2024

Direito, Teoria Crítica e Não Violência: Incompatibilidades ou Possibilidades de Existência em Conflitos Sociais

André Luiz Valim Vieira*
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-1052-6594

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo geral o estudo da teoria crítica e de que forma poderia se construir uma concepção não violenta do direito. Como objetivo específico pretendemos apresentar de que forma os conflitos sociais exigem uma concepção não violenta do direito (José Rodrigo Rodriguez). A partir das proposições da Teoria Crítica procuramos apresentar como o monopólio da força e da violência pelo direito e pelo Estado afasta da normatividade jurídica a plausibilidade dialógica de atenção e sensibilidade aos conflitos sociais, possibilitando assim processos construtivos de alternativas e hipóteses diversas, afastando a arbitrariedade das escolhas unilaterais estatais de solução. Uma aplicabilidade não violenta do direito teria assim possibilidade de melhor atendimento aos conflitos sociais e prevalência dos direitos humanos.

Palavras-chave: teoria crítica; não violência; conflitos sociais.

* Pós-doutor em Direito Internacional pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorando em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: andreluizvalimvieira@gmail.com.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas
DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2024v23n53.72992

Direito, Teoria Crítica e Não Violência: Incompatibilidades ou Possibilidades de Existência em Conflitos Sociais

André Luiz Valim Vieira

"A lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua, já que nunca pensaremos todos da mesma maneira, já que nunca veremos senão uma parte da verdade e sob ângulos diversos." Mohandas Karamchand Gandhi

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a complexa intersecção entre o Direito, a Teoria Crítica e a não violência, analisando suas (in)compatibilidades e as possibilidades de sua aplicação no contexto dos conflitos sociais contemporâneos. O tema central investiga como uma concepção não violenta do direito pode ser construída e por que ela se faz necessária.

O problema de pesquisa parte da constatação de que o direito e o Estado tradicionalmente se fundamentam no monopólio da força e da violência. O artigo questiona como essa abordagem, ao afastar a "plausibilidade dialógica" e a sensibilidade aos conflitos, falha em oferecer soluções efetivas para as democracias plurais. Em vez de resolver, essa estrutura muitas vezes recorre à arbitrariedade de escolhas unilaterais estatais, perpetuando a violência (seja física ou simbólica) e gerando uma "anestesia social".

Como tese principal, o artigo propõe a não violência como uma categoria jurídico-normativa que deve ser imposta ao Estado e ao Judiciário. A hipótese é que, em uma democracia, as formas não violentas de resolução (como a mediação e o diálogo) devem ser as primeiras e principais abordagens aos confrontos sociais. Para sustentar essa tese, o estudo recorre à Teoria Crítica como a base

teórica capaz de desconstruir a Teoria Tradicional do Direito, que é positivista e acaba por reforçar o *status quo*. A Teoria Crítica, por sua vez, é apresentada como uma ferramenta emancipatória e transformadora. A metodologia adotada é predominantemente qualitativa, utilizando a análise crítica do discurso jurídico, complementada por uma extensa revisão bibliográfica.

O presente estudo também se origina das pesquisas, estudos, discussões, reflexões e diálogos acadêmicos, ocorridos no segundo semestre de 2024, na disciplina de "Proteção Internacional dos Direitos Humanos" ministrada no curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), *Câmpus de Santa Vitória do Palmar,* no Rio Grande do Sul. Agrega-se como fator preponderante e de agradecimento à elaboração, redação e revisão deste Artigo a participação na disciplina "Metamorfose do Direito e Atualidade da Crítica", igualmente no segundo semestre de 2024, ministrada pelo Prof. Dr. José Rodrigo Rodriguez no Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Os resultados e conclusões do artigo apontam que o modelo jurídico liberal-capitalista tradicional, ao impor uma solução única e violenta, não alcança a pacificação social; pelo contrário, apenas intensifica ou desloca os conflitos. O estudo conclui que a não violência, compreendida como um princípio normativo baseado na alteridade e no diálogo, é a via mais alinhada aos direitos humanos e capaz de promover uma real transformação das contendas, sem que isso signifique uma ruptura revolucionária violenta.

2 PARA ENTENDER A QUESTÃO E O PROBLEMA: A PROPOSTA DA TEORIA CRÍTICA.

Este estudo tem como objetivo principal examinar os conceitos e ideias de teoria crítica e de não violência, para a proposição de uma

teoria não violenta como categoria jurídico-normativa de imposição ao Estado, ao direito e, por consequência, ao Poder Judiciário, para as lides e problemas existentes nas relações sociais e jurídicas. Especificamente, busca-se investigar como a Teoria Crítica proporciona a construção de bases teóricas que se apresentam anti-estruturalistas da Teoria do Direito articulada, ou seja, destacando-se a importância atribuída aqui à ação humana e às alternativas de direito em conflito na sociedade (Rodriguez, 2019, p. 12). E, como a não violência poderia ser entendida como uma nova categoria preditiva e preliminar ante os conflitos sociais no seio de Estados Democráticos de Direito.

Dentro desse arcabouço teórico, este trabalho pretende identificar as formas pelas quais em uma democracia plural, diversa e extremamente conflitiva deve – como proposta e hipótese – primeiramente buscar formas de soluções aos problemas e confrontos sociais através de propostas não violentas. Embora o Estado detenha o monopólio do uso da força e da violência, perante conflitos sociais plúrimos, diversos e complexos e com muitas premissas antagônicas não é a solução judicial ou estatal a melhor forma de resolução. A violência aparente nos conflitos sociais deve ser dissipada pelos agentes estatais e desconstruída em ações e propostas integradoras e compositivas, sejam autocompositivas ou heterocompositivas.

A metodologia adotada nesta pesquisa será predominantemente qualitativa, utilizando uma análise crítica do discurso jurídico, complementada por uma revisão bibliográfica sobre os temas e assuntos relacionados ao nosso objeto. O objetivo é demonstrar como uma proposta não violenta do direito pressupõe bases democráticas e dialógicas ante os conflitos sociais. Como o Estado mediante mediação ou formas mais eficientes e próximas da realidade dos conflitos pode apresentar melhores soluções que somente pela força e violência.

Tem-se por referencial, portanto, o estudo do direito enquanto fenômeno normativo-social de caráter técnico que teria por função

mediar os conflitos em sociedade Para José Rodrigo Rodriguez, os dois maiores problemas enfrentados pelo pensamento jurídico crítico seriam: primeiro, os riscos de realizar mudanças institucionais radicais ignorando a luta por direitos, social e oficial, a partir de um projeto abstrato; em segundo, a possibilidade efetiva de superar a gramática institucional vigente e instaurar, por assim dizer, um direito e uma política completamente outra (Rodriguez, 2023, p. 08).

O estudo do direito como um fenômeno normativo-social revela sua natureza essencialmente técnica e sua função primordial de mediação de conflitos dentro da sociedade. Enquanto sistema de normas, o direito busca estabelecer diretrizes de conduta para indivíduos e instituições, regulando suas interações e prevenindo ou resolvendo disputas. Sua base normativa confere-lhe um caráter estruturado e previsível, enquanto sua dimensão social evidencia sua constante adaptação às transformações culturais, políticas e econômicas.

A técnica jurídica, ao estruturar o direito como um conjunto sistematizado de regras e princípios, confere-lhe a capacidade de ordenar as relações sociais de maneira eficaz. O direito não opera de forma isolada, mas em constante diálogo com as demandas da coletividade, ajustando-se às necessidades do tempo e do espaço. Seu papel como mediador de conflitos decorre da necessidade de garantir a coexistência pacífica entre interesses muitas vezes divergentes, proporcionando um mecanismo legítimo para solucionar disputas sem recorrer à violência ou à arbitrariedade.

Além disso, a normatividade do direito implica a imposição de obrigações e a atribuição de direitos, estabelecendo um equilíbrio entre liberdade e deveres dentro da estrutura social. Esse aspecto técnico se reflete na forma como as normas jurídicas são elaboradas, interpretadas e aplicadas por instituições especializadas, como o legislativo, o judiciário e os órgãos administrativos. Dessa forma, o direito atua não apenas como um instrumento de contenção de

conflitos, mas também como um meio de promover justiça e segurança jurídica, assegurando que as decisões sejam fundamentadas em critérios objetivos e legitimados pelo ordenamento jurídico.

Portanto, compreender o direito como um fenômeno normativo-social de caráter técnico significa reconhecer sua dupla função: de um lado, a regulamentação das relações humanas por meio de normas que orientam a conduta dos cidadãos; e de outro, a mediação de conflitos, garantindo que a resolução de disputas ocorra dentro dos parâmetros estabelecidos pela legalidade e pela justiça. Essa perspectiva ressalta a importância do direito como um elemento fundamental na organização da vida em sociedade, permitindo que os indivíduos convivam de forma harmônica sob um conjunto comum de regras e princípios.

O direito enquanto técnica ou método de resolução de conflitos está em um novo espaço criado na relação entre ciência e tecnologia. Para Carlos Augusto de Proença Rosa (2012, p. 37) a relação entre Ciência e Tecnologia é estreita e mutuamente vantajosa. A Ciência, por um lado, possibilita a criação de novas técnicas e o aprimoramento das já existentes. Por outro, a Tecnologia fornece ferramentas e equipamentos que impulsionam o avanço das pesquisas científicas.

Rubem Alves ao explicar o que seria ciência utiliza a referência do cientista e afirma: o cientista virou um mito. E todo mito é perigoso, porque ele induz o comportamento e inibe o pensamento (Alves, 1981, p. 07). Assim também é o direito, pois, para muitos não se conceberia sê-lo não violento. Faltar-lhe-ia o elemento essencial da força, e por conseguinte, da violência. O que seria da justiça sem a espada? Talvez, pela balança se alcançaria resultados melhores: como forma de equilíbrio, como diálogo, como mediação social-institucional. Sem a espada e sem a violência. Permitimo-nos pensar e refletir um pouco sobre isso. Por essas razões que nossa proposta teórico-propositiva de se iniciar não perante a teoria tradicional e sim pela proposta teórico-crítica. Para assim procurar novos caminhos que não levem sempre ao mesmo lugar ou às mesas respostas.

A teoria é o saber acumulado de tal forma que permita ser este utilizado na caracterização dos fatos tão minuciosamente quanto possível (Horkheimer, 1980, p. 117). A Teoria Tradicional seria aquela praticada pelas ciências convencionais e positivistas. Ela busca compreender a realidade de forma objetiva e descritiva, utilizando métodos empíricos e racionais para organizar o conhecimento. Seu foco está na neutralidade científica e na separação entre sujeito e objeto, ou seja, o pesquisador deve ser imparcial e apenas descrever os fenômenos sem questionar a estrutura social subjacente.

A teoria crítica não pode se confirmar senão na prática transformadora das relações sociais vigentes. Até porque as ações a serem empreendidas para a superação dos obstáculos à emancipação constituem-se em um momento da própria teoria. (Nobre, 2004, p. 08). A Teoria Crítica, desenvolvida por Max Horkheimer e outros pensadores da Escola de Frankfurt, surge como uma resposta à limitação da ciência tradicional em compreender e transformar a realidade social. Seu objetivo não é apenas interpretar o mundo, mas propor mudanças que promovam a emancipação dos indivíduos e a superação das estruturas de dominação. Diferente da ciência positivista, que busca a objetividade absoluta, a Teoria Crítica reconhece que o conhecimento está inserido em um contexto histórico e social e, portanto, não pode ser neutro.

Ela se caracteriza pela reflexividade, pois o conhecimento crítico deve questionar suas próprias bases e impactos na sociedade. Assim, não apenas descreve os fenômenos, mas também reflete sobre seu próprio papel na transformação social. Além disso, para Horkheimer, o verdadeiro conhecimento deve ser transformador, ou seja, não pode ser separado da prática social. Sua finalidade não é apenas teórica, mas também política, pois busca libertar os indivíduos da alienação e da opressão.

Horkheimer (1980, p. 138) critica o positivismo e o cientificismo, pois, ao se limitarem a descrever a realidade sem

questionar suas bases sociais, acabam reforçando o status quo. Para ele, a ciência tradicional muitas vezes se torna uma ferramenta do sistema, ajudando a legitimar relações de exploração em vez de questioná-las. Enquanto a Teoria Crítica impulsionaria a transformação do todo social e, consequentemente, a intensificação das lutas por transformações.

Além disso, a Teoria Crítica aprofunda a análise sobre o papel da cultura e da ideologia na manutenção da dominação. Para Horkheimer e seus colegas, a sociedade capitalista moderna não apenas controla os indivíduos economicamente, mas também por meio da produção cultural e da ideologia. Um exemplo disso é o conceito de Indústria Cultural, que descreve como os meios de comunicação e o entretenimento massificado moldam o pensamento das pessoas, tornando-as passivas e conformistas. Em vez de incentivar a crítica e a autonomia, a cultura de massa reforça padrões de consumo e valores que perpetuam a desigualdade e desestimulam qualquer forma de resistência ao sistema.

Diante desse cenário, a Teoria Crítica busca ser um instrumento de questionamento e mudança. Seu objetivo é desnaturalizar as relações de poder, revelar os mecanismos de dominação ocultos nas instituições e na cultura, e possibilitar ferramentas para a construção de uma sociedade mais justa e emancipada. Para Horkheimer, a verdadeira filosofia não deve ser uma contemplação abstrata ou um simples acúmulo de conhecimento técnico, mas um movimento ativo de crítica e transformação.

A teoria só tem sentido se for capaz de impulsionar práticas que libertem os indivíduos da alienação e possibilitem uma vida mais autônoma e consciente. Por isso, a Teoria Crítica representa um projeto teórico e intelectual que une filosofia, sociologia e política em uma abordagem que não apenas analisa a realidade, mas também busca alterá-la. Em um mundo onde a ciência e a tecnologia muitas vezes servem a interesses de dominação, a Teoria Crítica continua sendo uma ferramenta fundamental para a reflexão sobre os limites da

razão instrumental, o papel da cultura e a necessidade de repensar a sociedade sob uma perspectiva emancipatória.

A Teoria Crítica designa pelo menos três coisas: um campo teórico, um grupo específico de intelectuais filiados a esse campo teórico e inicialmente reunidos em torno de uma instituição determinada (o Instituto de Pesquisa Social) e a Escola de Frankfurt (Nobre, 2004, p. 18). No presente trabalho, contudo, nosso diálogo ficará restrito apenas ao campo teórico enquanto proposta nova à teoria tradicional.

O comportamento crítico pretende mostrar duas coisas simultaneamente. Por um lado, que a produção científica de extração tradicional é parcial, porque, ao ignorar que essa produção tem uma posição determinada no funcionamento da sociedade, acaba por construir uma imagem da mesma que fica no nível da aparência, não conseguindo atingir os objetivos que ela própria se colocou como teoria. Por outro lado, entretanto, que essa aparência à qual se limita a Teoria Tradicional é também aquela produzida pela própria lógica ilusória do capital, que promete a liberdade e a igualdade que jamais poderão ser realizadas sob o capitalismo. Nesse sentido, a parcialidade da concepção tradicional de teoria é também real: ela expressa a parcialidade própria de uma sociedade dividida em classes. Cabe, portanto, à Teoria Crítica eliminar essa parcialidade da Teoria Tradicional (Nobre, 2004, p. 32).

A Teoria Crítica se aproxima do presente trabalho na medida em que a concepção tradicional do direito como um meio de pacificação social se apresenta em dissonância com uma proposta de resolução de conflitos. Se a função do Direito seria a pacificação social um mero conhecimento médio da realidade demonstraria não estar alcançando seu desiderato. Em uma democracia os conflitos não são decididos de modo à aplicação de uma decisão imposta à vontade das partes em confronto. Em uma sociedade democrática as reivindicações são mediadas pela democracia e pelo direito por meio do Estado.

Enquanto a "invenção do direito democrático pela luta social, que mudou o sentido do direito liberal burguês ao passar a lutar por direitos, ou seja, ao passar a lutar pela transformação social por meio do sistema jurídico e não apesar ou contra ele" (Rodriguez, 2019, p. 66). A proposta então seria de virar a chave, inverter a prática: utilizar a não violência como meio e forma, abandonando-se a violência perante os conflitos sociais, justamente para não lhes ampliar a própria violência existente no conflito.

3 DIREITO E NÃO VIOLÊNCIA: O CONFLITO COMO MEIO DIALÉTICO-COMPOSITIVO.

O objetivo desta parte do trabalho consiste em verificar a não violência como método para resolução de conflitos sociais a partir, inclusive, do próprio direito. Junto à proposta, porém, antes residem diversas dúvidas e questionamentos: A violência é da própria sociedade ou é a ele inerente? Por que condenamos veementemente as violências cometidas por indivíduos e grupos, classificando-as como crimes passíveis das sanções mais severas de nosso sistema jurídico, mas não demonstramos a mesma repulsa e exigência de justiça quando a violência é exercida pelo Estado e seus representantes? Qual a razão de testemunharmos diariamente episódios de violência sem que isso nos cause indignação? Por que acompanhamos nos noticiários o uso recorrente da violência e permanecemos indiferentes?

O termo "não violência", então como dissemos, encontra diversas formas de escrita e diversos teóricos que procuram fundamentar sua prática em bases as mais diversas. Giuliano Pontara indica como o termo "não-violência" pode ser usado em duas acepções bastante diversas que convém distinguir claramente. No primeiro sentido, ele designa só um modo de agir, ou seja, um conjunto de métodos ou técnicas de luta. No segundo caso, pelo contrário, o termo "não-violência" pertence à mesma classe a que pertencem termos

como “marxismo”, “anarquismo”, “liberalismo”, e dar uma definição dele é esboçar uma particular concepção ético-política.

Gene Sharp (1973, p. 01) pontua a ação não violenta como uma técnica de ação sociopolítica para ser aplicada em um conflito sem uso de violência física. Como uma técnica, portanto, a ação não violenta não é passiva. Não é uma inação. É uma ação que não é violenta. E, segundo Müller (2007, p. 24), “é evidente que a ação não-violenta visa a esgotar as possibilidades de diálogo com o adversário, apelando à sua razão para tentar convencê-lo e recorrendo à sua consciência para tentar convertê-lo” Agora, o que é então uma ação verdadeiramente não-violenta? Para o cientista social norueguês, Johan Galtung (2003, p. 163) “não-violência é mais do que não causar danos; é também uma atitude construtiva, pois proporciona uma abordagem positiva ao que é negativo”.

Se a violência é o comportamento e o instrumento daqueles que operam dentro dos limites da legalidade, seguindo ordens, obedecendo sem questionamento e reproduzindo comandos provenientes das autoridades, então nos posicionamos em sua oposição. As ações pautadas na paz e na não-violência representam, na verdade, atos de rebeldia, desobediência e recusa frente a ordens injustas e ilegítimas. Elas surgem como uma crítica direta à estrutura de comando que sustenta e perpetua a dor e o sofrimento; ou serve apenas à prorrogação do conflito sem sua real desconstrução.

O sociólogo alemão Max Weber afirma, na conferência “A política como vocação”, que o Estado detém o monopólio do uso legítimo da coerção física, destacando que “devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território [...] reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (2011, p. 39). A aplicação da força física e a imposição de condutas indesejadas ao indivíduo, por meio da coerção e respaldadas pelo direito penal e pelos órgãos de segurança, teriam como finalidade a organização social e a preservação da ordem.

A chamada violência legítima seria, portanto, aquela exercida com o aval da sociedade e de acordo com as normas estabelecidas pelo Estado, tornando-se, assim, legal e legítima. O mesmo tratamento, entretanto, não é conferido às violências que não têm origem estatal, sendo estas consideradas ilegais. Por seu caráter de legalidade e legitimidade, a violência estatal assume o nome de coerção, uma vez que "a ordem pública só pode resultar de uma organização coercitiva da sociedade baseada em obrigações e proibições" e na qual "o Estado exerce um poder de coerção" (Müller, 2007, p. 111).

A dominação por meio da violência estatal se sustenta na racionalidade da legalidade. Por meio de uma lógica estigmatizante e excludente, busca-se ocultar – por meio de punições e encarceramentos –, justificar ou atenuar a percepção do problema, já que, para os olhares menos atentos, a negação da realidade se torna uma forma menos dolorosa de lidar com a violência que afeta a sociedade ou com a contestação da autoridade estatal diante do crime.

Dentro dessa lógica jurídica de crime e punição, a violência se converte em um objeto temível, reduzido ao raciocínio binário entre culpa e inocência. No entanto, essa abordagem se aplica apenas quando há um indivíduo identificado como agente direto da violência, o que nem sempre reflete toda a complexidade da questão.

Frequentemente, a violência tem um rosto quando é praticada diretamente por indivíduos. No entanto, há casos em que a violência ocorre por meio de delegação. Um agente público, representante de uma instituição, exerce a violência sob o respaldo e em nome do Estado. Ainda que a ação seja conduzida por uma pessoa, ela se dá em representação da organização política, da entidade jurídica e do próprio poder estatal.

Com o tempo, nos habituamos a essa dinâmica, e a violência cometida pelo Estado já não nos causa repulsa. Passamos por um processo de insensibilidade emocional diante das situações em que a violência se torna um instrumento de repressão. Após uma espécie de hipnose social e coletiva, aceitamos como naturais todas as ações da

polícia ou do sistema judiciário que façam uso da força e da violência, mesmo quando direcionadas contra manifestações, marchas, passeatas, barricadas e protestos, inclusive os pacíficos.

Nesta sociedade anestesiada – imersa na tecnologia e conformada com a ordem vigente –, qualquer oposição ao Estado tende a ser reprimida, silenciada ou eliminada, mesmo que para isso se recorram a meios violentos. A manutenção da ordem e da paz social é frequentemente utilizada como justificativa pelas autoridades para tais atos. Como consequência, nossos critérios para identificar a violência acabam distorcidos, e a brutalidade estatal se normaliza. Condenamos a violência privada, mas legitimamos e até enaltecemos a violência pública.

Nosso senso de obediência às leis e ao Estado nos leva a considerar como inimigo qualquer pessoa que as infringe, devendo, portanto, ser julgada, condenada e punida, o que nos gera a sensação de que a justiça foi feita. Entretanto, a violência praticada pelo Estado e por seus agentes é exaltada e protegida por excludentes de ilicitude, como a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o estado de necessidade. Assim, ainda que haja julgamento e processo, a punição estatal não se concretiza.

A violência passa a ser utilizada como um instrumento de ação do Estado. Ao normalizarmos essa realidade e sua recorrência no cotidiano de nossa sociedade, corremos o risco de enxergar como corriqueiros eventos que, na verdade, deveriam nos causar repulsa e indignação. Tendemos a nos revoltar apenas quando a violência nos atinge diretamente ou afeta pessoas próximas, sejam elas familiares, amigos ou colegas de trabalho. Fora dessas circunstâncias, assumimos o papel de meros espectadores, apáticos e silenciosos diante das dores e reivindicações dos que são oprimidos e violentados.

Para Hannah Arendt, "[...] se os objetivos não forem alcançados rapidamente, o resultado será não meramente a derrota, mas a introdução da prática da violência em todo o organismo político"

(1985, p. 51). Seu pensamento sobre a violência busca evidenciar a distinção entre violência e poder: a violência seria um meio, não um fim, configurando-se como uma instrumentalização do poder.

Assim, ao transplantar para a política os métodos violentos como forma de legitimação, sua prática, como qualquer ação, teria a capacidade de transformar o mundo. No entanto, a mudança mais provável seria para um cenário ainda mais brutal, injusto e cruel. A violência representa a negação da razão e desfaz, pouco a pouco, as estruturas políticas, jurídicas, econômicas e sociais construídas ao longo da história da humanidade. Então, por que motivo aceitamos que a violência seja praticada como meio de resolução de conflitos sociais, pelo direito? Em situações de confrontos muito mais razoável a busca de meios resolutivos não violentos, com participação das partes envolvidas do que, necessariamente, a violência e a força do direito impondo sua vontade às partes.

Conforme Sérgio Adorno, "[...] o Estado é uma empresa de dominação de uns sobre outros, por meio do recurso à violência ou à ameaça de seu emprego. No entanto, trata-se de uma violência legítima, porque autorizada pelo direito" (2002, p. 06). A questão fica ainda mais evidente quando verificamos que mesmo possuindo o benefício do uso da violência, circunscrito a critérios de legalidade, outorgar tal possibilidade na mão do Estado contra a coletividade de sujeitos acarreta ainda mais conflitos. A norma jurídica, enquanto mecanismo de limitação da imposição dos instrumentos de poder na vida do indivíduo, revela-se extremamente frágil e insuficiente, uma vez que pode ser facilmente manipulada de acordo com as exigências e interesses do soberano. Essa vulnerabilidade torna-se ainda mais evidente quando combinada com estratégias de controle das massas e dos mecanismos de legitimação do poder (Vieira, 2012, p. 05).

Diante disso, surge a questão: qual seria a instância superior de proteção do indivíduo e da sociedade contra a violência estatal, se nem mesmo a normatização jurídica positivada se mostra capaz de resguardar os direitos contra o uso arbitrário da força? Esse papel, em

vez de ser exclusivamente desempenhado pela lei, encontra sua principal garantia no reconhecimento dos direitos fundamentais das pessoas e dos grupos sociais.

Todo tipo e forma de violência devem ser rejeitados, pois não podemos mais tolerar mecanismos unilaterais de vontade – ainda que dita estatal ou pública – como prática da violência, como algo rotineiro, seja conosco, seja com os desconhecidos. A violência cria uma dualidade em que os não atingidos por ela devem ser adeptos de suas justificativas e razões; os demais, as vítimas e aqueles que sofreram de sua força destrutiva e desumana, são colocados em lado contrário. São, portanto, o oposto. Aqueles que devem ser combatidos. Conforme Müller (2007, p. 29), "a violência irrompe tão logo o homem deseja o ilimitado e vê seu desejo contrariado por outros".

Celso Lafer (1988, pp. 209-210) esclarece e explica como a violência destrói o poder, mas não a cria ou substitui, pois o poder, para ser gerado, exige a convivência, e a violência se baseia na exclusão da interação / cooperação com os outros. Isto explica a combinação, que não é rara na experiência política, de violência e impotência, pois governantes e governados frequentemente não resistem à tentação de substituir o poder que está desaparecendo pela violência.

Se todo poder emana do povo; e, o poder é inerente à sociedade civil e ao Estado nos regimes democráticos, deve-se o próprio Leviatã, dito Estado, buscar meios resolutivos menos conflitivos e, de preferência, menos violentas para resolução das contendas sociais. A violência se apresenta como ferramenta de manutenção e retro legitimação desse poder estatal. Ao mesmo tempo que a violência sustenta o próprio Estado (e nem sempre a democracia) – principalmente o Estado e o governo seja qual forma o assuma – o Estado a si se atribui como ente acima dos demais justamente por residir em si, e em seus agentes e autoridades, o monopólio da violência normativa ou legal. Ainda que nem sempre legítima.

Quanto mais fracas se tornam as relações de poder e legitimidade na sociedade, mais o governante necessita da violência como ferramenta de manutenção do seu poder e de seus interesses, e não dos interesses populares. Quanto mais a própria sociedade não demonstra capacidade de soluções ou buscas de formas de solução dos conflitos sociais latentes e mais relevantes, mais o Estado se arvora no uso da força e na imposição de soluções não consensuais, impositivas e violentas.

A aparência de naturalidade da violência dá origem à sua forma mais profunda e estrutural: a "violência simbólica". A naturalização de seus objetos e alvos configura o que se denomina "permanente estado de violência" (Mendonça, 1996, p. 94). Assim, o Estado assume para si a função de punir e impor o uso da força, mesmo quando isso envolve o emprego da violência, seja ela física ou simbólica.

A violência física atinge diretamente o corpo do indivíduo, afetando seu estado físico por meio da restrição da liberdade ou de outras formas de punição e maus-tratos. Esse tipo de violência é um monopólio do Estado e se manifesta nas práticas mais comuns do cotidiano. Quando um indivíduo fere a integridade física de outro, pode responder pelo crime de lesão corporal, conforme previsto no Código Penal. No entanto, quando o próprio Estado faz uso de seus mecanismos legais para aplicar a violência física, salvo em casos de excessos ou circunstâncias extremas, essa violência é considerada estritamente necessária.

Já a violência simbólica não se dirige ao corpo, mas afeta o psicológico e a moral da pessoa. O conceito foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que a define como "uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer" (apud Santos, 2015, p. 184). Enquanto a teoria weberiana enxerga a violência como um monopólio legítimo do Estado, a abordagem de Bourdieu amplia

essa perspectiva, incluindo tanto a violência física quanto a simbólica no repertório estatal de dominação.

Sob o respaldo da legalidade, a violência exercida pelo Estado utiliza a força como meio de execução. Embora a violência, por essência, seja um instrumento de submissão do outro à vontade alheia, é por meio da força e do poder coercitivo que ela se torna uma ferramenta estratégica nas mãos do Estado. Sempre que a legalidade ou a discricionariedade administrativa assim permitirem, de acordo com o julgamento político e soberano do poder estatal, a força e a violência serão incorporadas às ações do governo e de seus representantes.

O Estado quando a si instrumentaliza a violência o exerce por meio da força. Conforme Bobbio (2000, p. 515), por esta se entender como força a violência, também física, que é usada por aquele que está autorizado a usá-la por um sistema normativo que distingue, com base em regras eficazes, o uso lícito e o uso ilícito dos meios que infringem sofrimentos e também, em casos extremos, a morte. Ficando restrito ao Estado, portanto, o monopólio da chamada violência legítima e institucionalizada, sendo também sua responsabilidade reprimir e combater qualquer outra forma de violência que não emane de sua própria estrutura e de seus instrumentos de controle. Já a violência que ocorre fora do âmbito estatal, ou aquela de caráter interestatal, ultrapassa os limites da soberania (Mei, 2013, p. 39). Dessa forma, no cenário interno, apenas a violência exercida pelo próprio Estado ou por seus representantes é considerada legítima. No plano internacional, ainda que seja repudiada ou contida, a guerra permanece uma constante nas relações entre as nações. Assim, a violência se configura como um meio e um instrumento tanto na esfera doméstica quanto no contexto internacional.

Quando associada ao uso da força, a violência torna-se um mecanismo de imposição do Estado à legalidade e aos interesses dos que detêm o poder. Nesse sentido, Machado Paupério argumenta que

"[...]no fundo, a ordem jurídica e a ordem estatal são absolutamente idênticas, identificando-se por isso a ordem jurídica e a própria ordem da força" (1981, p. 05).

Para Müller (2007, p. 121) a lógica da violência estatal se apresenta como um sistema de auto-justificação e de auto-regulamentação. Pois, ao institucionalizar a violência como um meio normal – que serve de norma – e regular – que serve de regra – na gestão dos inevitáveis conflitos que surgem na sociedade, o Estado lhe concede o direito de cidadania. Na democracia, o objetivo principal da política é colocar a violência à margem da lei; no entanto, o Estado contraria esse objetivo ao instalar a violência dentro da esfera da lei.

4 NÃO VIOLÊNCIA NÃO VIOLÊNCIA COMO CATEGORIA JURÍDICO-NORMATIVA.

O objetivo desta última parte do trabalho se completa em propor a não violência como método para resolução de conflitos sociais a partir, inclusive, do próprio direito, isto é, a não violência como categoria jurídico-normativa.

Se o Estado detém o monopólio do uso da força e o poder de legitimar tanto a violência física quanto a simbólica, como estabelecer limites institucionais para conter sua atuação? Mesmo quando amparada pela legalidade, a ação estatal pode, em certos contextos, assumir formas extremas que ameaçam não apenas a vida e os direitos individuais, mas também a própria democracia e a harmonia social.

Dado que o Estado concentra em seus três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – os instrumentos e condições para exercer a força e a violência sem restrições, como evitar que sua atuação ultrapasse os limites jurídicos estabelecidos? Além disso, como questionar a legitimidade da própria legalidade imposta? Afinal, a legalidade se fundamenta na norma jurídica emanada do próprio Estado e, em tese, reflete os anseios da sociedade dentro de um regime democrático.

Paupério adverte que "toda autêntica concentração de poder, seja ela de natureza política, militar ou econômica, põe em perigo a existência do direito" (1981, p. 05). Se a democracia tem como princípio fundamental que todo poder emana do povo – conforme estabelecido no parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 –, seria possível cogitar uma reação popular contrária às leis e ao governo vigente, caso os fundamentos estatais não fossem mais aceitos?

Mesmo sob o risco de represálias e punições por parte do Estado, caso transgredissem a legalidade, os cidadãos ainda teriam, como última instância, seus direitos e liberdades. Isso incluiria o acesso a mecanismos de defesa de seus direitos e prerrogativas. Assim, "a liberdade exige instituições jurídicas e políticas apropriadas, inclusive um judiciário independente e uma universidade livre, que não são produto da violência" (Arendt, 2008, p. 209).

Contudo, quando os poderes estatais não respondem às demandas sociais, restaria à população apenas a aceitação passiva da violência institucionalizada? A resposta deve ser negativa. Se as instituições políticas e jurídicas falham em garantir proteção contra lesões e ameaças, a sociedade deve buscar alternativas por meio da ação coletiva. A repressão exercida pelos órgãos de segurança e o poder punitivo do Estado levantam questões complexas tanto no âmbito jurídico quanto político, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos humanos e fundamentais.

O jogo se realiza mediante a obediência às regras do próprio jogo. Em uma democracia, portanto, todos os conflitos devem ser mediados pela própria democracia através do Estado e do Direito. Logo, revela-se então o potencial emancipatório contido na forma direito democrático [...]; bem como a necessidade de transformar, por dentro, seu desenho, para radicalizar a democracia a cada momento, diante de novas demandas e de novos interesses sociais (Rodriguez, 2019, p. 79).

Dessa forma, tratar a violência apenas como algo a ser proibido não resolve as intricadas relações históricas e sociais conflitivas associadas ao seu uso, seja por razões religiosas, políticas ou institucionais. A violência não se limita àquela praticada por indivíduos que violam normas jurídicas ou cometem crimes contra a liberdade, integridade física ou dignidade de outrem. Muitas vezes, ela é utilizada sob o argumento da manutenção da ordem e da preservação de uma suposta paz social. A função do Direito, então, consciente ou inconscientemente, tem sido permitir episódios de reprodução e replicação da violência.

Defender a violência como ferramenta legítima para impor a vontade do soberano e dos mecanismos estatais ignora toda a evolução histórica que busca humanizar os indivíduos em conflito ou vítimas de abusos de poder. Surge, então, a necessidade de equilibrar a aplicação da força dentro da legalidade e da justiça, garantindo os direitos fundamentais sem comprometer o ordenamento jurídico ou ferir a integridade física e moral daqueles submetidos à instrumentalização da violência.

Para Müller, a violência representa um abuso de poder; mais que isso, a violência em si já constitui um abuso, e recorrer a ela implica um excesso (Müller, 2007, p. 31). Como alternativa legítima contra esses abusos, a não violência se apresenta como um caminho mais pacífico e alinhado aos direitos humanos. Logo, as ações não violentas demonstram-se estratégias legítimas e eficazes até mesmo contra governos autoritários e regimes ditatoriais (Sharp, 2010). Além disso, podem ser utilizadas para enfrentar Estados que, embora se declarem democráticos e fundamentados na legalidade, perpetuam práticas abusivas.

Guilherme de Assis conceitua não violência como "ação intencional que provoca modificação prejudicial na pessoa ou no grupo de pessoas destinatários da ação" (Almeida, 2001, p. 25). Castañar Perez (2010, p. 11) afirma que casos históricos de não - violência se baseavam princípios morais, ou seja, como um conceito

moral e pessoal mais do que um conceito político. Nesse ponto, reside nossa afirmação da não violência como um princípio jurídico e normativo, como inerente à própria essência e fundamentos da democracia.

Sendo o Estado a entidade jurídica com aparência de autorização para instrumentalização da violência na sociedade, resta inevitável que utilize essa posição para a concretização de seus objetivos. No entanto, independentemente de estar estruturado sob um regime ditatorial; e, mais ainda quando se apresentar como uma democracia com normatização de direitos fundamentais, a questão do uso da força deveria se modificar da forma legítima como forma ilegítima e ilegal, isto é, antinormativa.

A não violência, por sua vez, surge como uma doutrina política, de caracterização normativo-social baseada na alteridade, no diálogo e no respeito; na abolição da força e da violência como meios, e da prevalência do diálogo e de formas alteronormativas, compositivas e dialógicas de resolução dos principais conflitos sociais. A não violência não tem como propósito a conquista ou modificação do poder; ou a transformação de sistemas econômicos ou a promoção de revoluções. Seu princípio fundamental é o respeito ao próximo, estabelecendo como limite a rejeição da violência como meio e solução para os conflitos. Mesmo diante de graves violações dos direitos fundamentais, a não-violência busca expor o erro cometido pelo responsável pelo sofrimento, questionando a legitimidade e a injustiça das medidas que prejudicam a população, sobretudo aquelas que reduzem o ser humano à condição de objeto e atentam contra sua dignidade.

O estudo normativista do direito é potencialmente violento por ser insensível ao direito em suas diversas manifestações conflitivas (Rodriguez, 2023, p. 03). Quando se procura ter uma visão do direito sensível ao contexto e aos conflitos sociais construímos uma concepção não violenta do direito. Logo, o Estado como agente que se

propõe à tarefa de resolução dos conflitos sociais colocar-se-ia como equilíbrio entre as alas conflitantes. Extrai-se a importância das instituições não como essências, mas como influências mediadoras (Nourse; Dhaffer, 2009, p. 137).

A proposta da não violência não se esgota apenas na resolução de conflitos, sendo possível de ser alcançada também por formas não violentas pré-judiciais, como a negociação, mediação, conciliação, arbitragem e restauração. Ocorre que a missão principal e precípua da não violência é realizar uma transformação dos conflitos, uma metamorfose das práticas violentas e violentadoras para respostas não-violentas e confortadoras.

A não violência como categoria jurídica não pretende romper com a racionalidade institucional vigente (Rodriguez, 2023. p. 19). Coaduna-se com propostas radicais de inovação e modificação, porém, sem abalos democráticos, institucionais, constitucionais ou revolucionários. Até porque projetos de transformação radical não precisam e muito provavelmente não devam se orgulhar ou considerar inevitável ter cheiro e gosto de sangue (Rodriguez, 2023. p. 20). Não se pretende sangue ou sofrimento. Por essas e outras que para não se alcançar resultados violentos deve se utilizar de meios, caminhos e ferramentas igualmente não violentas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades contemporâneas são caracterizadas pela presença de uma diversidade que se manifesta em fenômenos como pluralidade, diversidade cultural, minorias, multiculturalismo, entre outros. Podemos na verdade falar em muitas diversidades e diferenças: muitas e várias diversidades e realidades. Entre todas elas pessoas e a sociedade. E nessas interações, surgem os conflitos sociais.

Enquanto o direito reserva ao Estado o monopólio da violência e o uso da força, os grupos em disputa digladiam-se na busca por elevar

seus projetos e pretensões para receber reconhecimento ou vantagem sobre seus concorrentes e opositores.

Nessa conjuntura, tanto indivíduos quanto grupos reivindicam o reconhecimento do direito de viver de acordo com suas próprias convicções, valores, costumes e condições particulares. A demanda, portanto, não se trata apenas da busca por seus interesses, mas também de que forma regular e tratar esses interesses pois do lado oposto há igualmente interesses e pretensões legítimos. O modelo jurídico liberal, capitalista e fundamentado no paradigma europeu, ao estabelecer a promessa de igualdade para todos, acabou consolidando um projeto político que impõe a assimilação a um único padrão: uma única solução e escolha impondo a todos a vontade das instituições de força e violência sobre as demais. Porém, isso não significa materialmente resolver conflitos. Não se procede à pacificação social.

Como consequência, os conflitos se intensificam ou mudam de arena de disputa, mas sem solução de descontinuidade. Por essa razão, propõe-se a não violência como um princípio jurídico e normativo, inerente à própria essência e aos alicerces da democracia. Sendo o Estado a entidade jurídica que aparenta deter a autorização para a instrumentalização da violência dentro da sociedade, é inevitável que se valha dessa posição para alcançar seus objetivos. No entanto, independentemente de estar organizado sob um regime autoritário ou, ainda mais, quando se apresenta como uma democracia com reconhecimento formal dos direitos fundamentais, a utilização da força deveria ser redefinida, distinguindo-se entre seu emprego legítimo e sua manifestação ilegítima e contrária à ordem jurídica, isto é, antinormativa.

A não violência, por sua vez, configura-se como uma doutrina política de caráter normativo-social, alicerçada na alteridade, no diálogo e no respeito mútuo, rejeitando o uso da força e da violência como instrumentos de mediação. Defende, em seu lugar, o diálogo e métodos alternativos, conciliatórios e dialógicos como meios

primordiais para a resolução dos principais conflitos sociais. Diferentemente de movimentos voltados à conquista ou à modificação do poder, à transformação de sistemas econômicos ou à promoção de revoluções, a não violência tem como princípio essencial o respeito ao próximo, estabelecendo como limite intransponível a recusa da violência como ferramenta ou solução para disputas. Mesmo diante de graves violações dos direitos fundamentais, a não violência busca evidenciar o erro cometido pelo agente causador do sofrimento, questionando a legitimidade e a justiça das medidas que afetam negativamente a sociedade, sobretudo aquelas que reduzem o ser humano à condição de objeto e violam sua dignidade.

Data de Submissão: 17/02/2025
Data de Aprovação: 03/12/2025
Processo de Avaliação: *double blind peer review*
Editora Geral: Profa. Dra. Hirdan Katarina de Medeiros Costa
Assistente Editorial: Anna Karoline Tavares M. de Brito
Assistente Editorial: Iasmim Barbosa Araujo

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: Miceli, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-2002)**, v. 4. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 2002.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos humanos e não-violência**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

ALVES, Rubem**. Filosofia da Ciência**: Introdução ao jogo e suas regras. Brasília: Editora Brasiliense, 1981.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Tradução: Claudia Drummond Trindade. Brasília: UnB, 1985.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: A filosofia política e a lição dos clássicos. Tradução: Daniela BeccacciaVersiani. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2000.

GALTUNG, Johan. **O caminho é a meta**: Gandhi hoje. Tradução: Humberto Martiotti. São Paulo: Palas Athena, 2003.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural 1980.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MEI, Eduardo. Estado, guerra e violência: As "novas guerras" e suas implicações para a teoria clausewitziana da guerra. In: SAINT-PIERRE, Hector Luis (org.). **Paz e guerra**: Defesa e segurança entre as nações. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo**, v. 01, 1996, pp. 94-125.

MÜLLER, Jean-Marie. **O princípio da não-violência**: Uma trajetória filosófica. Tradução: Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica.** 03 ed. São Paulo: Zahar, 2004.

NOURSE, Victoria Nourse; SHAFFER, Gregory. Varieties of New Legal Realism: Can a New World Order Prompt a New Legal Theory?, **Cornell Law Review**, vol. 95, n.61, 2009.

PÉREZ, Castañar Jesús. **Breve história de la acción noviolenta**. Madrid: Pentapé, 2010.

RODRIGUES, José Rodrigo. **Direito das Lutas: Democracia, diversidade, multinormatividade**. São Paulo: LiberArs, 2019.

RODRIGUES, José Rodrigo. Para uma Filosofia Sensível: A filosofia do direito à luz da sociologia. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 8, janeiro-dezembro, 2023.

ROSA, Carlos Augusto Proença. **História da Ciência.** Vol. II. Tomo I: A Ciência Moderna. 02 ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 108, dez./2015, pp. 183-190.

SHARP, Gene. **Correcting common misconceptions about nonviolent action**. Boston: Albert Einstein Institute, 1973.

SHARP, Gene. **Da ditadura à democracia**: Uma estrutura conceitual para a libertação. 4 ed. Tradução: José A.S. Filardo. São Paulo: Palas Athena, 2010.

VIEIRA, André Luiz Valim. Violência, direitos humanos e genocídio. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, n. 09, mai./2012, pp. 84-94.

WEBER, Max. **Ciência e política**: Duas vocações. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Law, Critical Theory and Non-Violence: Incompatibilities or Possibilities of Existence in Social Conflicts

André Luiz Valim Vieira

Abstract: The general objective of this work is the study of critical theory and how a non-violent conception of law could be constructed. As a specific objective we intend to present how social conflicts require a non-violent conception of law (José Rodrigo Rodriguez). From the propositions of Critical Theory, we seek to present how the monopoly of force and violence by law and the State removes from legal normativity the dialogical plausibility of attention and sensitivity to social conflicts, thus enabling constructive processes of alternatives and diverse hypotheses, removing the arbitrariness of unilateral state choices of solution. A non-violent applicability of the law would thus have the possibility of better attending to social conflicts and the prevalence of human rights.

Keywords: *critical theory; nonviolence; social conflicts.*

DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2024v23n53.72992
Contend sob license *Creative Commons*: Attribution-Noncommercial-Nonderivative 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

(cc) BY-NC-ND